

Inspeção no Conselho de Cultura

12 FEV 1998

NELZA CRISTINA

O Conselho de Cultura do Distrito Federal, órgão normativo da política cultural do Distrito Federal, volta a se reunir na próxima quinta-feira, dia 19, depois de uma tumultuada reunião no último dia 5, que provocou um racha entre os membros do governo e os da comunidade.

Segundo o chefe de gabinete da Secretaria de Cultura, será apresentado parecer da assessoria jurídica sobre a denúncia de omissão feita pela empresa Lumiar Comunicação e Produções contra o conselheiro

da comunidade, José Aparecido Caetano de Oliveira, que acabou provocando a divisão do Conselho.

De acordo com a Lumiar, o conselheiro é cunhado e tio dos proprietários da VM Produção e Comunicação (Artway), respectivamente Valdemar Cunha Silva e seu filho Cleber Caetano Cunha, e participou de votações que beneficiaram a empresa na aprovação de incentivo fiscal, no valor de R\$ 6 milhões.

O Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, também entrou com uma representação junto ao Tribunal

de Contas para que seja feita uma inspeção no Conselho de Cultura. A representação foi encaminhada pelo procurador-geral, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, após o recebimento da mesma denúncia da Lumiar. Segundo Fernandes, há indícios de crime de improbidade (tráfico de influência), previsto na Lei 8.429 de 1992, na aprovação de benefício fiscal concedido à Artway.

A representação, de acordo com o procurador, visa bloquear os benefícios no valor de R\$ 6 milhões concedidos à Artway em 1997, até que se esclareça toda a questão. O caso foi denunciado, ainda, à Promotoria de Justiça

para instauração de processo; buscando o afastamento cautelar do conselheiro Oliveira.

O conselheiro nega qualquer favorecimento à empresa Artway. Ele argumenta que o parentesco ou não com os proprietários da Artway não é relevante. Oliveira afirma que não fazia parte do conselho à época da concessão do certificado para emissão do incentivo fiscal. Mas, o procurador afirma que, apesar de a empresa ter sido credenciada antes da posse de Oliveira, o processo teve continuidade após ele assumir. Oliveira foi afastado do cargo desde o último dia 5, até que se esclareça o assunto.